

Instituto de Geociências
Departamento de Geodésia

Dados de identificação

Disciplina: Agrimensura Legal			
Período Letivo: 2021/1			
Professor Responsável: Reginaldo Macedonio da Silva			
Professor Ministrante: Reginaldo Macedonio da Silva			
Sigla: GEO-05-079		Créditos: 4	
Carga Horária: 60h		CH Autônoma: 0h	CH Coletiva: 60h
CH Individual: 0h			

Súmula

Noções de direito; leis, decretos e normas nas ciências cartográficas e geodésicas; direito de propriedade, direito agrário; os bens públicos, lei dos registros públicos; direito ambiental; direito urbanístico; ordenamento territorial; regularização fundiária rural e urbana; Estatuto da Cidade; concessão de uso especial para fins de moradia; habitação de interesse social; legitimação de posse; usucapião, retificação, loteamento, desmembramento, remembramento; matrícula de registro imobiliário.

Currículos

Currículos	Etapa	Pré-Requisitos	Natureza
Engenharia Cartográfica - noturno		(GEO055068) TOPOGRAFIA APLICADA À ENGENHARIA CARTOGRÁFICA	Eletiva
Engenharia Cartográfica e de Agrimensura - noturno	9	(GEO055068) TOPOGRAFIA APLICADA À ENGENHARIA CARTOGRÁFICA	Obrigatória

Objetivos

O aluno deve compreender o campo jurídico relacionado aos elementos intervenientes no Direito voltado para as atividades de Agrimensura, Cartografia e Meio Ambiente, consideradas a estrutura conceitual e organizativa dos elementos normativos estabelecidos para a realização das atividades técnicas.

Conteúdo Programático

Semana	Título	Conteúdo
1	Noções de Direito	O Direito nas Ciências Geodésicas e Afins
2	Direito de propriedade	A propriedade no código Civil. Função Social da propriedade urbana e rural; Planejamento e gestão do território da constituição Federal e outras legislações.
3	Direito Agrário	O Estatuto da Terra.
4	Direito Agrário	A criação do SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural)

5	Os bens públicos	União, Estados e Municípios. Terrenos de Marinha.
6	Legislação Ambiental	Leis, códigos e normas ambientais. TRABALHO 1
7	O estatuto da Cidade	O Estatuto da Cidade e leis complementares.
8	Avaliação	Avaliação PROVA 1
9	Lei dos Registros Públicos	Lei 6015/73 e disposições complementares.
10	Sistema Público de registro de terras	A Lei nº 10267/2001.
11	Sistema Público de registro de terras	Sistema Público de registro de terras e seu regulamento, o Decreto 4449/2002.
12	Sistema Cartográfico Nacional	Legislação cartográfica e de Levantamentos Aeroespaciais. TRABALHO 2
13	Normas técnicas.	Normas técnicas relacionadas à Cartografia e Geodésia (IBGE, INCRA, ABNT, etc). SEMINÁRIO 1
14	O Exercício do Profissional da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.	Responsabilidade profissional e direitos autorais sobre mapas, modelos e demais produtos cartográficos.
15	Avaliação	Avaliação PROVA 2
16	Atividade de Recuperação	Atividade de recuperação.

Metodologia

As aulas serão ministradas de forma **síncrona** (videoconferência, chats e bate-papo) via Mconf ou Google Meet ou Microsoft Teams, e também, aula de forma assíncrona (exercícios, tarefas, livros digitais, além de material disponibilizado pelo professor) via Moodle ou Roda. No caso de aula síncrona, esta será gravada e disponibilizada para posterior acesso pela(o) aluna(o).

Obs: Caso tenha algum problema na gravação de alguma aula síncrona, o professor não terá como disponibilizar no Moodle. Portanto, é importante a participação nas aulas síncronas.

Informações sobre Direitos Autorais e de Imagem:

Todos os materiais disponibilizados são exclusivamente para fins didáticos, sendo vedada a sua utilização para qualquer outra finalidade, sob as penas legais.

Todos os materiais de terceiros que venham a ser utilizados devem ser referenciados, indicando a autoria, sob pena de plágio.

A liberdade de escolha de exposição da imagem e da voz não isenta o aluno de realizar as atividades originalmente propostas ou alternativas.

Todas as gravações de atividades síncronas devem ser previamente informadas por parte dos professores.

Somente poderão ser gravadas as atividades síncronas propostas mediante concordância prévia dos professores e colegas, sob as penas legais.

É proibido disponibilizar, por quaisquer meios digitais ou físicos, os dados, a imagem e a voz de colegas e do professor, sem autorização específica para a finalidade pretendida.

Os materiais disponibilizados no ambiente virtual possuem licença de uso e distribuição específica, sendo vedada a distribuição do material cuja licença não permita ou sem a autorização prévia dos professores para o material de sua autoria.

Carga Horária

Teórica: 60 horas

Prática: 0 horas

Experiências de Aprendizagem

Terão aulas expositivas, bem como lista de exercícios referente às aulas teóricas como forma de aprendizagem do que foi visto nas aulas síncronas. A utilização de tecnologias digitais será utilizada no contexto acadêmico, através de softwares, servindo como um recurso metodológico de ensino, buscando-se o comprometimento, a participação, o desempenho e a evolução do conhecimento. A resolução de exercícios e tarefas servirão para a sedimentação dos conhecimentos adquiridos. Os trabalhos práticos em grupo possibilitam o compartilhamento das tarefas, a divisão de responsabilidades e o sentido de equipe de trabalho. Permite também interação com o ambiente característico de trabalho, a vivência e as possíveis soluções das dificuldades que surgem no campo.

Crerios de Avaliação

Serão realizadas duas (2) prova de avaliação de conhecimento teórico (P1 e P2), dois (2) relatórios dos trabalhos em grupo (T1 e T2), além de um seminário em grupo (S1). As provas, os relatórios dos trabalhos em grupo, assim como o seminário em grupo, serão conceituados segundo o REGIMENTO GERAL da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, TÍTULO IV (do ensino), CAPÍTULO II (do ensino de graduação) e Seção II (da verificação do aproveitamento escolar), também seguindo a RESOLUÇÃO 11/2013 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), como segue:

A = Ótimo

B = Bom

C = Regular

D = Insatisfatório (reprovação)

É facultativa, para cada professor, a avaliação através de conceitos ou notas numéricas. No caso de notas numéricas, o professor deverá fornecer a informação precisa sobre o cálculo da nota, bem como, a nota final mínima correspondente a cada conceito.

Conversão entre conceito e nota numérica aprovada pelo Departamento de Geodésia (IG/UFRGS) em 11 de agosto de 1995 (ata 217).

A = 9,0 a 10,0

B = 7,5 a 8,9

C = 6,0 a 7,4

D = < 6,0

Cálculo da nota:

NOTA = [P1x0,2 + P2x0,2 + T1x0,2+ T2x0,2 + S1x0,2].

P1 = Prova 1

P2 = Prova 1

T1 = Trabalho em grupo 1

T2 = Trabalho em grupo 2

S1 = Seminário em grupo 1.

Quanto às provas de avaliação de conhecimento teórico:

As provas de avaliação do conhecimento teórico irão abranger toda a parte apresentada em sala de aula.

Para ser aprovado, sem a necessidade de recuperação, o aluno deverá obter, no mínimo, conceito C em cada uma das provas. O aluno que obtiver conceito D ou que não tenha feito a prova deverá realizar prova de recuperação. O conceito obtido na prova de recuperação substituirá o conceito da respectiva avaliação.

Quanto aos trabalhos em grupo:

É obrigatória a entrega dos relatórios de todos os trabalhos em grupo, em data a ser definida pelo Professor.

Trabalhos entregues fora do prazo estipulado poderão ser aceitos ou não. Se aceitos, terão seu conceito reduzido ao critério do professor. Os trabalhos que não forem entregues receberão nota zero, para todos os componentes do grupo.

Quanto ao seminário em grupo:

É obrigatório a entrega e apresentação do seminário pelo grupo, de acordo com os temas propostos e a data definida pelo Professor.

Caso o seminário e a sua entrega não seja executado dentro do prazo definido pelo Professor, o grupo do seminário receberá nota zero, para essa avaliação. Não sendo possível a sua recuperação.

- Trabalhos entregues fora do prazo estipulado poderão ser aceitos ou não. Se aceitos, terão seu conceito reduzido ao critério do professor
- O conceito final é definido com base nas listas de exercícios, trabalhos, trabalho prático, prova, participação em aula, entre outros.
- O aluno que houver obtido conceito final: Ótimo (A), Bom (B) ou Regular (C), fará jus ao número correspondente de créditos da disciplina. Os conceitos finais D não lhe confere este direito.
- O aluno que obtiver conceito D deverá realizar prova de recuperação.
- **O aluno que realizar a prova de recuperação terá Conceito Final Máximo "C", independente do conceito obtido na prova de recuperação.**

De acordo com a Resolução do CEPE sobre o ERE, durante o período em que perdurar o ERE, fica inaplicável a atribuição de conceito FF, prevista no Parágrafo 2º, do Artigo 44, da Resolução nº 11/2013 do CEPE.

Para os estudantes matriculados até o final do período e que deixaram de participar da Atividade de Ensino, deverá ser atribuído o registro NI (Não Informado) no campo de conceito do sistema acadêmico.

Para os casos previstos no Parágrafo 1º, a justificativa do registro NI deverá conter a referência ao período de excepcionalidade.

Os casos de não informação de conceito durante o ERE, deverão ser resolvidos até o fim do segundo período letivo, após o fim da situação emergencial de saúde.

Atividades de Recuperação Previstas

Terá direito a fazer o Exame Final de Recuperação, que será realizada assíncrona, o aluno que:

- Tiver nota mínima menor do que 6,00 (seis).

A nota mínima de aprovação em recuperação é 6,00 (seis), o discente que realizar prova de recuperação terá conceito máximo igual a C (se aprovado com qualquer nota igual ou superior a 6,00), e conceito D (para qualquer nota igual ou inferior a 5,99).

Prazo para Divulgação dos Resultados das Avaliações

Os resultados das avaliações serão divulgados em, no máximo, 72hs após a sua realização.

Bibliografia

Básica Essencial
AGRA, W. de M. Comentários à Constituição federal de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 2009. ISBN 978-85-309-3831-4. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000000030&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site&authtype=ip,quest&custid=s5837110&groupid=main .
OPTIZ, S. Curso completo de direito agrário. São Paulo: Saraiva, 2016. ISBN 9788547213879. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000010723&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site&authtype=ip,quest&custid=s5837110&groupid=main .
ARTUCE, F. Direito civil, v. 4 : direito das coisas. Rio de Janeiro: Forense, 2021. ISBN 9788530993702. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000020902&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site&authtype=ip,quest&custid=s5837110&groupid=main .
Básica
PHILIPP JR., A.; ALVES, A. C. Curso interdisciplinar de direito ambiental. [s. l.]: Manole, 2005. ISBN 8520421873.
ARAGÃO, A. S. de. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2013. ISBN 978-85-309-4882-5. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000003673&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site&authtype=ip,quest&custid=s5837110&groupid=main .
ALVIM NETO, J. M. de A. Lei de Registros Públicos comentada. Rio de Janeiro: Forense, 2019. ISBN 9788530962494. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000013784&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site&authtype=ip,quest&custid=s5837110&groupid=main .
Complementar
SANTOS, M. A. dos. DIREITOS TERRITORIAIS DOS POVOS INDÍGENAS: UM OLHAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA. (Portuguese). Revista de Direitos Fundamentais & Democracia, [s. l.], v. 5, n. 5, p. 1-31, 2009.

Outras Referências

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Execução de levantamento topográfico NBR 13133. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Rede de Referência Cadastral - Procedimento NBR 14166. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.

Observações

O conteúdo será abordado na sua maioria por material disponibilizado pelo professor em arquivos pdf. As sequências de aulas/semanas/atividades apresentada no Conteúdo Programático poderão sofrer alterações em razão das especificidades da turma e do desenvolvimento das atividades.

Esta disciplina poderá ter a participação de alunos de pós-graduação para realizar o Estágio de Docência ou de Pesquisador de Pós-Doutorado.